

‘Camões dá que falar’

Os olhares de Luís Amado e Mia Couto sobre a lusofonia

Pág. 2/3

Antologia italiana da literatura portuguesa sob a inspiração de Eduardo Lourenço

Pág. 4



Luís Amado nas conversas ‘Camões dá que falar’ O ‘espaço geopolítico da lusofonia’ não se confunde com a CPLP

❗ A inserção de Portugal no mundo globalizado deve ser feita no quadro do “espaço geopolítico da lusofonia”, mas este não se confunde com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), “porque ele é muito mais profundo e muito mais amplo” – foi esta em síntese a tese defendida por Luís Amado, antigo ministro da Defesa (2005-2006) e dos Negócios Estrangeiros (2006-2011), que inaugurou em janeiro último o ciclo de conversas ‘Camões dá que falar’.

O Presidente do Camões, I.P., embaixador Luís Faro Ramos, apresentou a iniciativa como uma forma de “dar uma perspetiva global” à atividade do Instituto, “porque às vezes estamos um bocadinho encerrados no nosso dia-a-dia”, nas suas “áreas principais” – a cooperação para o desenvolvimento, língua e cultura.

Com um orador convidado por mês, o Camões, I.P. pretende com as conversas abrir “as suas portas à sociedade civil” e “tornar-se palco de discussões e debates, num re-



Luís Amado

FOTO: ANTONIO PEDRO SANTOS / LUSA

gisto informal e inclusivo, de modo a estimular a troca de ideias com a participação ativa da audiência”.

Na sua intervenção, o antigo chefe da diplomacia portuguesa propôs-se fazer “uma pequena reflexão” sobre a gestão da “influência e da promoção” do poder de Portugal “no espaço geopolítico da lusofonia, não o confundindo com a CPLP”, “porque ele é muito mais profundo e muito mais amplo.

Este tema – disse – “tem muito a ver também com a capacidade do Instituto [Camões] de realizar as suas competências e os seus objetivos”. Luís Amado, que declarou ser o Camões, I.P. “uma instituição de referência da sociedade portuguesa com grande projeção e visibilidade internacional” em termos culturais, manifestou-se impressionado com a difusão geográfica de leitorados e centros culturais, explicando que “aquele é de facto o espaço geopolítico da lusofonia”. O Camões, I.P. está presente com leitorados, centros de língua e centros culturais em 71 países de 5 continentes.

Atacando o tema da conversa, o antigo ministro considerou que Portugal “tem que passar da fase de integração europeia para uma fase de inserção na geopolítica global”, passo para o qual o país “tem condições, como poucos países” da sua “dimensão e escala, para o fazer”.

SOB STRESS

O ex-governante, economista de formação e professor convidado da Nova School of Business and Economics, afirmou que há que “começar a pensar cada vez mais o país no contexto da globalização e menos no contexto estritamente europeu”. Em seu entender, os portugueses viveram “muito obcecados, positivamente obcecados”, com a Europa, “porque foi uma experiência estratégica bem-sucedida de integração plena na União Europeia”. Mas, alertou, não só “o mundo não acaba na Europa”, como estamos a viver “num contexto de mudanças absolutamente extraordinárias”, que “vão marcar de forma ainda mais impressionante o futuro das próximas gerações”.

As tendências desse futuro são possíveis já hoje de identificar e “constituem um desafio enorme para as instituições em geral” e para as famílias, avisou. Em primeiro lugar, “estamos num contexto de crise (...) muito mais prolongada do que as pequenas crises que vão sobressaltando as nossas vidas”. “As questões da globalização estão definitivamente postas em causa. Há 10 anos falávamos em antiglobalização, hoje estamos perante fenómenos de desglobalização”.

Para Luís Amado, as mudanças estruturais que estão a ocorrer na economia colocam “sob grande stress” o modelo de produção, o

Mia Couto nas conversas ‘Camões dá que falar’ Uma lusofonia para além da língua

❗ “É preciso encontrar outras maneiras de termos uma entidade partilhada que não passe exclusivamente pela língua” – o alerta pertence ao escritor moçambicano Mia Couto, que foi a 8 de fevereiro a personalidade convidada para a 2ª edição do ciclo de conversas ‘Camões dá que falar’, ao abordar o tema da lusofonia, uma questão em que, segundo o autor de *Terra Sonâmbula* (1992) existe “um certo desfazamento” entre “a expectativa que se cria, por exemplo, no Brasil e em Portugal, e a maneira como os africanos deveriam aderir, até emocionalmente, com afeto, a este projeto”.

Nesta sua conversa perante uma plateia a transbordar do auditório do Camões, I.P. em Lisboa, Mia Couto tratou na sua intervenção inicial, além do tema da lusofonia – evocando a “sensibilidade diferente que Moçambique tem em relação ao projeto da lusofonia” –, do Prémio Camões, que o escritor moçambicano ganhou em 2013 (sendo o mais novo dos premiados), relativamente ao qual defendeu uma estratégia de promoção que lhe dê o prestígio e o reconhecimento que em seu entender ainda não tem, tanto internacionalmente como dentro do seu “próprio espaço”, os países de língua oficial portuguesa.

NÃO AQUECE

Deu como exemplo, a receção do anúncio do prémio no Brasil a que assistiu no país por duas vezes. “No Brasil essa notícia praticamente não existe, não tem reconhecimento quase nenhum do ponto de vista jornalístico”. E nos países africanos, “quando um africano é vencedor, sim. Mas, quando não é, passa quase despercebido”. O mesmo ocorre em termos de reconhecimento internacional. “Venho de Berlim e dizer-se que um escritor de língua portuguesa recebeu o Prémio Camões é uma coisa que não aquece nem arrefece nada. Se disser que ganhou o prémio *Impac Dublin* ou *Man Booker Prize*, abre portas para qualquer editora”, sustentou Mia Couto, cujas obras estão traduzidas em mais de 30 países.

“Talvez fosse agora o momento de fazermos um balanço conjunto: os premiados, os organizadores, os membros do júri e tentarmos fazer alguma avaliação sobre o que é que falta fazer. Porque não será espontaneamente que este prémio vai ter o prestígio e reconhecimento que deveria ter”, afirmou o autor da trilogia *As Areias do Imperador* (2015-2017), que considerou, no entanto, o prémio como “uma grande iniciativa” e que se declarou “feliz de ter ganho”.

Instituído em 1988 para distinguir os autores que tenham contribuído para o enriquecimento do património literário e cultural da língua portuguesa, o Prémio Camões galardoou 30 autores de Portugal (13), Brasil (12) e países africanos (5 – José Craveirinha, Pepetela, Luandino Vieira, Arménio Vieira e Mia Couto), seis dos quais mulheres.

O ecologista de profissão e biólogo de formação, que foi diretor de diversos órgãos de comunicação social de Moçambique após a independência, lembrou que o prémio foi criado pelo Brasil e Portugal e defendeu a necessidade de os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) – um conceito de que se mostrou crítico por não espelhar a individualidade de cada um deles – terem uma outra participação no prémio, apesar de estarem representados por dois elementos nos seis membros do júri.

“Que eu saiba, só Brasil e Portugal dão dinheiro para este prémio. Não sei se os africanos foram convidados para dar dinheiro, para participar, ou se foram e fizeram-se de desentendidos”, aventou Mia Couto, para quem essa é uma questão que “se resolve”. “Não acredito que os países africanos não tenham nenhum valor para entregar a

Os números falam por si

❗ A língua portuguesa não é vista por alguns moçambicanos como uma herança deixada no seu país pelo Portugal colonizador, porque “os números são muitos claros” e mostram que foi após a independência de Moçambique, em 1975, que se deu a maior expansão do uso do português no país.

Estes factos foram trazidos a terreiro na intervenção do escritor Mia Couto na conversa ‘Camões dá que falar’, este mês de fevereiro, a propósito das questões da lusofonia e o autor moçambicano reconheceu que “aqui há uma certa desavença, às vezes não proclamada”, que desdramatizou dizendo: “não é grave”.

O antigo jornalista lembrou que a decisão tomada pelo movimento de libertação nacional FRELIMO, em 1962, no seu I congresso na Tanzânia, de que o Moçambique independente seria um país de língua portuguesa foi “muito provavelmente” registada numa ata em língua inglesa, “porque a maior parte dos quadros nacionalistas naquela altura tinha sido educada em países limitrofes”.

Enunciando os números dos diversos recenseamentos, Mia Couto disse que em 1975 só 20% da população moçambicana falava português, correspondente às populações que viviam junto das cidades. Em 1980, esse número saltou para 25%, com 1% a declararem ser o português a sua língua materna. Em 1997, os falantes de português já eram 40% da população (6,5% como língua materna) e, em 2016, 52% (13% como língua materna).

“Esta tendência é crescente. Cada vez mais moçambicanos falam português. Cada vez mais têm o português como língua materna”, frisou Mia Couto.

É isso que leva alguns moçambicanos a dizerem “nós fizemos mais pela língua portuguesa em 40 anos do que os portugueses fizeram em 400”, referiu o escritor, considerando que não haver aqui “um apontar de culpa, um dedo que acuse o outro”. O “Portugal de hoje não é nem pode falar em nome do Portugal de ontem, um outro. E se Moçambique fez isso é porque devia fazer, tinha de fazer. E não fez isso certamente para aborrecer os portugueses”.

capitalismo, “em particular no capitalismo ocidental, com o efeito de disrupção tecnológica absolutamente imprevisível nas suas consequências mais dramáticas, do ponto de vista social e económico” – fenómeno que em seu entender se vai acentuar na próxima década –, e com “o choque ecológico, ambiental”, resultante da “expansão vertiginosa dos mercados, depois do fim do império soviético e com a integração da China na economia capitalista de mercado”.

Assim, defende, “temos de nos preparar para cenários de catástrofe, de caos, de desordem, cenários quase apocalípticos, que colocam as instituições e os Estados sob grande stress de gestão e de governo”. Estes processos de disrupção “de alguma forma correspondem a um momento de viragem na geopolítica mundial. Estamos num processo de reconfiguração à escala global”, em que chega ao fim “um ciclo de cinco séculos de hegemonia ocidental, europeu, americano, anglo-saxónico”, sustenta o antigo ministro dos XVII e XVIII governos constitucionais.

Outras características emergentes são, no dizer de Luís Amado, as tendências para a multipolaridade, o surgimento de novas esferas de influência e a fragmentação identitária – um fenómeno “muito perturbador”, que vai “acentuar a fragmentação política e a crise da democracia liberal ocidental”. “Todos estes processos agudizam

ainda mais os aspetos de crise na relação do homem em sociedade e nas fórmulas políticas de organização”. “O modelo liberal da democracia ocidental está sujeito a uma enorme pressão por força destas diferentes tendências”, considera Luís Amado, que dá como exemplo os Estados Unidos: “apreendemos a sociedade americana como o exemplo do *melting pot*; hoje é uma sociedade à beira do tribalismo, de pulsões identitárias conflitantes, antagónicas, extremamente perturbadoras”.

É nesta “paisagem em mudança, em metamorfose” e num “contexto de crise” que “o Portugal que pretendemos para as próximas décadas se tem que inserir”, levando a debater a “matriz de inserção global” do país.

Segundo o antigo chefe da diplomacia, Portugal conheceu nas últimas décadas, neste capítulo, “três movimentos com expressão ideológica”. A primeira foi “uma corrente europeísta”, “muito ideológica” e “alinhada com as correntes ideológicas do europeísmo integrador ou mesmo federalista”, com “uma influência muito grande na dinâmica da sociedade portuguesa, da economia, do Estado, da administração pública”, num processo que marcou “uma ou duas gerações”. “Continua a ter uma força dominante na sociedade portuguesa, na elite portuguesa – e é bom que continue a ter”, diz. Essa corrente “foi sempre

contrabalançada” por uma segunda, “do movimento de referência identitária forte – o atlanticismo, com expressão em particular na Aliança Atlântica, (...) com a qual partilhámos os mesmos objetivos geoestratégicos no contexto do Atlântico”, permitindo “o equilíbrio da relação peninsular”. A terceira corrente foi “o movimento de relação pós-colonial”, pretendendo “reconstituir a relação histórica com os espaços, as culturas, os novos Estados, as comunidades com tradição histórica na relação com Portugal”, a qual, segundo Luís Amado, representou “uma referência muito forte” para muitos dos quadros do atual Camões, I.P. resultante da fusão em 2012 do antigo Instituto Camões (IC) com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

CORRENTES COMPLEMENTARES

Ora, na opinião do antigo ministro, estas correntes devem ser vistas de “forma complementar” e “as suas instituições de referência – a União Europeia (UE), a NATO e a CPLP – têm de se ser tratadas como um conjunto”. É esta abordagem que, para Luís Amado, dá a Portugal, num “mundo global em transformação”, “um potencial geopolítico absolutamente singular”, no contexto da sua inserção na Península Ibérica e na UE. E conclui: “o espaço geopolítico da lusofonia, do meu ponto de vista, ocupa justamente este universo

institucional e político da corrente europeísta, da corrente atlantista e da corrente pós-colonial”. Ele “integra todo este conjunto de Estados, de regiões, de culturas, de línguas, de civilizações”, que “dão uma profundidade absolutamente extraordinária” a “um pequeno país, de território limitado na Península Ibérica, e no contexto europeu”.

Se Portugal for capaz de interpretar as suas “relações políticas, diplomáticas, culturais, sociais, económicas, apesar da fragilidade da economia”, “dentro deste universo ambicioso, sem dúvida, grandioso” para a escala do país, existem “condições para garantir às novas gerações uma visão do futuro de Portugal completamente diferente daquela visão mais limitadora, mais misógina, de um Portugal europeu, acomodado, num lar de terceira idade à espera do cheque todos os anos dos fundos estruturais”, ou da “visão puramente dependente da potência marítima”, ou ainda de “uma visão excessivamente ideológica de um regresso à África, às colónias, nostálgico, mas empobrecedor”, garantiu Luís Amado.

“O que nos dá grandeza é a capacidade de integrar cinco séculos de História, de convívio, de relação permanente com povos, culturas, línguas, civilizações, religiões em toda a parte do mundo e ser capaz de projetar numa relação futuro”. O antigo ministro deu como exemplo

das potencialidades dessa visão a eleição de António Guterres para secretário-geral das Nações Unidas, “contra o que era, aliás, o roteiro da organização, cujo lugar não era para um europeu ocidental”. “Só um português com o perfil, sem dúvida de António Guterres, mas um português, independentemente da personalidade que é, que tem todo este património de relação com o mundo, que a Assembleia Geral [da ONU] soube sabiamente interpretar na sua campanha, poderia ter tido o sucesso que teve”. A acrescentou: “temos que interpretar estes sinais como sinais do mundo em relação a Portugal. Acho que o mundo nos respeita mais do que nós nos respeitamos a nós próprios”.

“Excetando na Europa, em alguns exemplos mais críticos da nossa História e da nossa sociedade, da nossa cultura mesmo, em África, na América Latina ou na Ásia, sentimos o respeito que uma potência histórica merece nessa geografia”.

Nesse sentido, Luís Amado advoga que Portugal deve “encarar a lusofonia não como um conceito que tem que ver com a ex-colónias, com a CPLP”, mas como “um espaço geopolítico de imensas relações culturais, linguísticas, assentes na diversidade, na diferenciação e no universalismo, porque poucos povos são capazes de fazer isso” como os portugueses fazem. “É por isso que existimos”.

este prémio. Os africanos têm que ter uma outra atitude, ou porque não foram convidados ou porque foram convidados e têm que assumir isso”, acrescentou o autor de mais de 30 livros, compreendendo romances, contos, poesia, ensaios e literatura infantil.

“Há aqui qualquer coisa que é preciso alterar e que não vai acontecer espontaneamente; investir – odeio a palavra – num certo *marketing*, numa certa maneira de fazer com que este prémio tenha realmente uma outra visibilidade” e que o projeto “dentro do nosso próprio espaço (...) como o prémio maior que deve ser”, propôs Mia Couto, considerando que “uma certa preocupação protocolar” que tem havido, traduzida na presença de governantes na cerimónia de atribuição do prémio, “produz pouco nestes temas”.

“ENTIDADE PARTILHADA”

Mas foi a questão da lusofonia que mais ocupou Mia Couto na sua intervenção inicial na sessão de conversa ‘Camões dá que falar’, em que foi apresentado pelo Presidente do Camões, I.P., embaixador Luís Faro Ramos, e que contou com a presença da secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Teresa Ribeiro.

Considerando a língua como “um assunto delicado, sensível, porque é o chão da nossa alma”, Mia Couto afirmou que ela é “um elemento de identidade, fundador, que nos liga ao tempo, à raiz, aos nossos antepassados”. “Quando dizemos que uma língua é materna, (...) estamos a dizer



que essa língua nos funda, nos cria, nos faz nascer com uma identidade. Nós somos, sonhamos, amamos numa dada língua”.

Ora, sublinha o autor de *Estórias Abensonhadas*, “muitos moçambicanos reagem da mesma maneira nervosa” que alguns setores em Portugal reagiram ao Acordo Ortográfico de 1992 – por considerarem que “se estava a mexer naquilo que era a alma que ninguém pode tocar” – “quando

se fala da lusofonia ou de uma certa maneira se fala de lusofonia”.

“É preciso perceber que milhões de moçambicanos não falam português. Milhões de moçambicanos falam português como a segunda língua. Esses milhões de moçambicanos amam a sua língua materna, como os portugueses amam a sua língua. É preciso entender isto como uma coisa de sensibilidade, que não se pode resolver politicamente ou

administrativamente”. Moçambique “tem mais de 25 línguas diversas”, na sua maioria de raiz africana e “o Moçambique lusófono é uma dessas nações”. As outras línguas “existem e querem existir, querem que este projeto da lusofonia não os exclua, não os coloque numa margem”.

Mia Couto defende assim a necessidade de “encontrar outras maneiras de termos uma entidade partilhada que não passe exclusivamente pela língua. Porque se assim for, esta gente sente-se marginalizada. E não pode aderir a um projeto que as coloca numa situação marginal”.

“É preciso perceber que Moçambique está a construir a sua própria lusofonia. Antes de partilhar essa lusofonia pelos outros, Moçambique está a construí-la e tem de construí-la de uma maneira muito cautelosa, respeitosa, valorizando as culturas e as línguas que são da nação moçambicana ou das nações moçambicanas”, explicou.

Inseriu nessa construção de uma lusofonia moçambicana dois projetos na área da educação, que passam pela utilização das línguas locais, nacionais, de raiz bantu, no ensino, só depois transitando para o ensino em língua portuguesa, e o próprio ensino do português como língua segunda.

A MINHA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA?

Admitindo poderem esses projetos serem “mal vistos”, Mia Couto considerou que “quanto mais os portugueses ajudarem (...) este projeto de ensinar

nas línguas moçambicanas, do país, mais o português fica rico. Estas coisas não se excluem”.

Há “uma certa pressa que leva a que muitas vezes não haja a necessária atenção para não se ferir susceptibilidades do outro lado, de parte a parte”, apontou ainda o escritor, que identificaria alguns elementos discursivos da lusofonia que lhe colocam questões.

A primeira que enunciou foi a “insistência” na citação de Fernando Pessoa *a minha pátria é a língua portuguesa*, “repetida até ao infinito”. Pessoa “não disse exatamente isto (...), não disse nesse contexto em que está a ser citado” e, “se isto é assumido como uma verdade, então essa maioria dos moçambicanos, ou não fala português, ou falando português não tem o português como língua materna, não se revê de maneira nenhuma nisto”. Também a frase *Portugal deu novos mundos ao mundo* é repetida “em cerimónias que se fazem em Moçambique”, sem que quem assim fala tenha “consciência do que está a provocar no outro”. “Retirado da dimensão poética em que esta frase nasceu, estas palavras só podem suscitar no outro uma ideia de que... Esses outros que vivem nesses outros mundos não estavam à espera de ser descobertos, não estavam à espera que lhes fosse dado um mundo. Eles já tinham mundos”.

“Há todo um conjunto de coisas que eu acho que temos sentar e falar de uma maneira que cure qualquer ferida que não foi bem resolvida”, advogou Mia Couto.

Académicos italianos lançam antologia bilíngue da literatura portuguesa

“Restituição” foi como Roberto Vecchi, professor catedrático de Literatura Portuguesa e Brasileira e de História da Cultura Portuguesa na Universidade de Bolonha, descreveu a publicação da “antologia crítica” *La Letteratura Portoghese. I testi e le idee* (A Literatura Portuguesa. Os textos e as ideias) – de que é autor juntamente com o seu colega da Universidade de Milão, Vincenzo Russo –, apresentada a 9 de fevereiro na sede do Camões, I.P., em Lisboa, numa sessão conduzida pelo Presidente da instituição, o embaixador Luís Faro Ramos, em que participou o pensador português Eduardo Lourenço, a quem coube a apresentação da obra.

“Restituição”, porque a obra – que teve apoio à edição do Camões, I.P. e da Direção-geral do Livro e das Bibliotecas – restitui “o muito que recebemos deste país, desta cultura”, declarou Roberto Vecchi, que disse ter chegado a Portugal “miúdo”, tal como o seu colega. “O contacto, o estudo, a presença do professor [Eduardo Lourenço] nas nossas leituras, desde os primórdios universitários, foi básica para chegar a uma configuração e a um perfil profissional, de ficarmos professores de literatura”, sublinhou.

O académico italiano também disse que a obra se deve à existência da cátedra *Eduardo Lourenço*, criada em Dezembro de 2007 na Universidade de Bolonha, I.P., de que é codiretor, com a professora universitária portuguesa Margarida Calafate Ribeiro, e ao próprio Camões, I.P., que apoiou essa criação no quadro da sua política de promoção da língua e da cultura portuguesa no exterior, apoiando cátedras viradas para os temas em universidades estrangeiras.

No lançamento em Portugal daquilo que os seus autores insistiram ser “uma das muitas antologias possíveis” da literatura portuguesa (em edição bilíngue), desde os seus primórdios galaicos até José Saramago e Lobo Antunes, da qual apresenta uma periodização diferente da tradicional, Eduardo Lourenço classificou como “um autêntico milagre” o facto de os estrangeiros se interessarem tanto por Portugal e pela cultura portuguesa, o que considerou notável, dada a pequena dimensão do país.

“A verdade é que temos ‘uma data de gente’ de outras culturas, que por uma razão ou por outra se apaixonaram pela cultura e pela história deste pequeno país, que não é pequeno, porque é um país excessivamente grande para aquilo que podia ser quando nasceu”, disse o autor de *O Labirinto da Saudade*, *Psicanálise Mítica do*



Vincenzo Russo (esq.) e Roberto Vecchi

Destino Português (1978), obra que este ano assinala os 40 anos do seu lançamento, como chamou a atenção na sessão Roberto Vecchi, Presidente desde 2014 da Associação Internacional de Lusitanistas.

Luís Faro Ramos, que se referiu a Eduardo Lourenço como “um dos melhores intérpretes da literatura portuguesa e da literatura universal”, anunciou na sessão que, em

maio próximo, será instituída uma cátedra de Literatura e Cultura Portuguesas, Comércio e Turismo, na Universidade de Aix-Marselha, em Provença, no sul de França, em que o patrono será também Eduardo Lourenço.

Na apresentação, o autor de *Do colonialismo como nosso impensado* (2014) disse que os portugueses “passam o tempo a imaginar que são invisíveis”, “que ninguém

nos via, que lá fora não temos nenhuma imagem de marca, que passamos inapercebidos, mas não é verdade”. “Não conheço nenhum país da mesma estrutura, do mesmo tamanho, da mesma história parecida com a nossa, que seja objeto de uma espécie de amizade amorosa, estranha, não se sabe porquê; isso é o milagre dos milagres”, sustentou Eduardo Lourenço.

“O que é surpreendente [é que] povos de outras culturas, culturas matriciais da Europa – uma delas é a italiana, é a nossa matriz (...) interessarem-se por Portugal e a sua cultura, considerou Eduardo Lourenço, para quem a cultura italiana, com aquilo que ela representou no mundo antigo e desde então até hoje, se pode queixar de não ser “objeto de uma mitologia tão poderosa como aquela que consagramos, ou inventamos, para nos referir à cultura inglesa, francesa, e outras mais modernas do nosso conhecimento, como a russa e outras”.

PERIODIZAÇÃO HETERODOXA

“Temos a sorte de ter uma pléiade de lusitanistas, ou lusitanizantes (...), os chamados portugueses italianos ou italianos portugueses, uma espécie de síntese da latinidade”, adiantou Eduardo Lourenço.

O autor de *Heterodoxia I* (1949) e *II* (1967), conjunto de ensaios reeditado em conjunto em 1987, que o estabeleceu como um dos mais destacados pensadores portugueses, vaticinou que *La Letteratura Portoghese* “não passará desapercibida e que se tornará numa espécie de ‘bíblia’ da cultura portuguesa. Dando “praticamente conta de toda a nossa história cultural até hoje”, ela representa o “olhar dos outros sobre nós próprios”, que “é aquele que permite nos descobrir de outra maneira, sem sair de casa, por mão alheia, mas cúmplice”.

Segundo uma nota divulgada, os 180 textos da literatura e do pensamento portugueses, em português e italiano, “têm, todos, uma nova tradução italiana”. “O livro, através de uma nova estrutura crítica e conceitual, pretende fornecer ao leitor italiano – não só universitário mas também a todos os que estiverem interessados na cultura e na história de Portugal – as fontes primárias e os contextos indispensáveis para ‘pensar’, e não só para ler, a literatura portuguesa”.

A antologia apresenta ainda “uma periodização heterodoxa” – na expressão de Vecchi, que evoca assim Eduardo Lourenço – dos materiais literários, que “são lidos à luz da abertura histórica para os novos mundos que Portugal – através da relação colonial – contribuiu para fundar”.

A obra está assim dividida em três grandes partes – 1. *Desde a formação de Portugal ao Império* (1139–1580); 2. *O Império português e os seus simulacros: da Índia ao Brasil e retorno* (1580–1851); 3. *O ‘esplendor de Portugal’ e o seu além:*

desde a crise da monarquia constitucionalista ao Portugal contemporâneo (1851 até hoje).

Os autores realçaram que o pensamento de Eduardo Lourenço atravessa toda a obra. O pensador português, a quem o livro é dedicado, “está na moldura de ensaios mais importantes deste livro” e “o seu pensamento e nome emergem em muitas páginas”, referiu Roberto Vecchi, que situou na cátedra *Eduardo Lourenço* de Bolonha um dos dois lugares onde a obra surgiu, sendo o outro “a sala de aula”. Além dos textos e dos contextos, a leitura da literatura portuguesa feita pelos autores italianos vai buscar a Eduardo Lourenço “os conceitos”, para que ela não seja só erudita ou informativa. Essa leitura “deixa entender como Portugal é (...) um dos objetos mais complexos da modernidade e como é possível olhar para essa modernidade a partir dessa plataforma – incrível para nós – que é Portugal”, explicitou Roberto Vecchi, que falou também de uma literatura que ultrapassou sempre as suas fronteiras.

“Este é um livro que surge porque somos professores de literatura (...) e foi no contacto com os alunos não portugueses” que se estabeleceu a sua necessidade, adiantou Roberto Vecchi, referindo ainda que a obra “possui elementos de alfabetização: Portugal, a língua portuguesa, a história da cultura e da literatura portuguesas”. Vecchi, que também é investigador associado do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, disse que a obra, pensada de uma maneira interdisciplinar, se destina a “estudantes que chegam à universidade, sem saber apontar no mapa onde fica Portugal”.

O outro autor, Vincenzo Russo, professor de Literatura Portuguesa e Brasileira na Universidade de Milão, disse que esta “é uma visão da literatura portuguesa das muitas possíveis”, uma versão impressa em formato reduzido, com 642 páginas, estando uma versão integral, de “mais 800 páginas”, disponível em linha.

Dando a amplitude temporal da obra, Russo disse que a última referência da cronologia é o dia 10 de julho de 2016, quando se verificou a vitória da seleção portuguesa de futebol, no Europeu da modalidade, disputado em França.



Camões, I.P.

Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jencarte@camoes.mne.pt
PRESIDENTE Luís Faro Ramos
COORDENAÇÃO Vera Sousa
COLABORAÇÃO Carlos Lobato